



NOTA DE IMPRENSA

O escândalo da extracção de areias continua

A extracção mais ou menos ilegal de pedra e areias é um problema já antigo no Algarve que se tem revelado difícil de resolver. Muitas vezes trata-se alegadamente de “limpezas agrícolas” ignoradas ou toleradas pelas entidades que deveriam controlar este tipo de intervenções, nomeadamente as Câmaras Municipais, a CCDR-Algarve ou a Direcção Regional de Economia.

No Concelho de Lagoa, mais concretamente na zona das Areias de Porches / Vale de Lousas esta actividade atinge actualmente contornos de verdadeiro escândalo. Terrenos agrícolas que outrora albergavam produções importantes como é o caso da vinha, têm sido alvo de razias por parte de empresas de extracção de areias. Uma vez retirada a camada mais ou menos profunda de solo arenoso, o terreno é votado ao abandono ou, no pior dos cenários, as escavações são aproveitadas para depósito de entulhos de construção civil. Os lucrativos negócios da venda de areias e deposição de lixos encontram-se assim associados num cenário de contornos muito duvidosos. Muitas destas situações têm já sido alvo de autos de notícia por contra-ordenação da parte do SEPNA-GNR mas a aplicação das punições raramente chega.

Para piorar ainda este cenário, os empresários que actuam no local não se coíbem de exercer a sua actividade paredes meias com casas de habitação, prejudicando gravemente o sossego e a qualidade de vida de quem aí vive. Nalguns casos, as escavações só param mesmo junto dos muros que delimitam as vivendas. Refira-se que uma grande parte das habitações afectadas pertence a cidadãos estrangeiros que adquiriram estas propriedades por se encontrar inseridas numa zona agrícola com paisagens de qualidade e um ambiente tranquilo e que se vêem, de um momento para o outro, imersos num cenário caótico polvilhado de crateras e lixeiras ilegais.

Numa altura em que se fala tanto de requalificação do Litoral Algarvio, não deixa de se lamentar que esta situação possa acontecer só porque está mais escondida dos olhares e dos circuitos habituais dos turistas endinheirados que procuram as zonas “nobres” da região costeira, neste caso situada a dois passos de distância.

A Associação Almargem exige assim às entidades com responsabilidades neste sector que tomem as medidas mais adequadas para pôr cobro a este atentado contra o ambiente do Algarve.

Lagoa, 19 de Novembro de 2007

A Direcção

